

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.152 - SP (2019/0083061-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : FANTASIA FRANCHISING LTDA
ADVOGADOS : THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR -
CE019880
BRUNO ALMEIDA MOTA E OUTRO(S) - CE022751
AGRAVADO : RSA COMERCIO DE PRESENTES LTDA
ADVOGADO : PAULA CASANDRA VILELA MARCONDES - SP187254

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação monitória.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. O reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial é inadmissível.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FANTASIA FRANCHISING LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: monitória, ajuizada por RSA COMERCIO DE PRESENTES LTDA., em face da agravante, decorrente do inadimplemento de contrato de transação extrajudicial cumulado com reconhecimento de dívida.

Sentença: rejeitou os embargos monitórios e julgou procedente o pedido.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

Monitória. Atraso no pagamento das parcelas pactuadas em instrumento contratual de transação e reconhecimento de dívida. Inadimplemento que autorizava, nos termos do contrato, o vencimento

antecipado da dívida e a execução do saldo devedor. Previsão de entrega dos bens e mercadorias referentes ao contrato de franquia que se condicionou ao adimplemento da terceira e quarta parcelas. Retenção autorizada, diante da mora. Impossibilidade de sobrestamento automático. Ausência de notificação extrajudicial que não prejudica a pretensão, tratando-se de mora ex re. Comprovação, ademais, de ciência inequívoca da ré quanto à mora havida. Manutenção da multa contratual. Acertadas as considerações dos juros e correção. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Embargos de Declaração: interpostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação do art. 476 do CC/02. Argumenta que na hipótese dos autos ocorreu a exceção do contrato não cumprido.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- **Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

- ***Da fundamentação deficiente***

Os argumentos invocados pela agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou o arts. 476 do CC/02.

- ***Do reexame de fatos e e da interpretação de cláusulas contratuais***

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à comprovação da exceção do contrato não cumprido, exige o reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto

já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

